

Por uma inovação curricular da Educação Física que combata o projeto neoliberal¹

Marcos Garcia Neira²

No projeto neoliberal, a educação assume um papel estratégico com vistas a servir aos propósitos empresariais e industriais. De um lado, a reestruturação social pretende atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o trabalho e, de outro, a educação como veículo de transmissão de ideias que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa como condições essenciais para a garantia do funcionamento estável da sociedade do século XXI. O sucesso dessa empreitada implica abortar qualquer modelo pedagógico que invista na discussão do social e do político e concentrar esforços na eficiência, eficácia, aquisição e desenvolvimento de conhecimentos com potencial de aplicabilidade. Além disso, a escola neoliberal deve reforçar os discursos do individualismo e da afirmação de uma identidade baseada no mercado, convertendo produção cultural em mercadoria.

Trata-se de um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo para uma capacitação estreita de mão de obra, mas também, preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo neoliberal. Essa cartilha ensina aos estudantes que as formas de desregulação da economia e as contribuições tecnológicas, científicas e culturais em circulação, logo, a serviço do livre mercado, consistem nas melhores alternativas para a sociedade global.

É em meio a esse contexto que a base epistemológica oriunda da psicologia cognitivista herdada das reformas do ensino na Europa e toda uma nomenclatura específica e convergente com os pressupostos do cidadão empreendedor almejado pelo neoliberalismo foram revigoradas. Termos como “desenvolvimento de competências e habilidades” vieram acompanhados de uma cisão no planejamento de ensino, objetivando isoladamente o alcance de determinadas expectativas por meio da aprendizagem de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Com esse enfoque, os docentes organizam intervenções no formato de sequências didáticas, tendo em vista a aquisição de conhecimentos previstos. Disfarçadas em roupagem democrática, as atividades de

¹ Pesquisa realizada com apoio da FAPESP e do CNPq.

² Professor da Faculdade de Educação da USP e coordenador do Grupo de Pesquisas em Educação Física escolar (www.gpef.fe.usp.br)

ensino objetivam a fixação de saberes universais e aplicáveis, estipulados verticalmente, o que permite alinhar essa pedagogia ao tecnicismo educacional.

O neoliberalismo mostra-se favorável à cultura centralizada, ao controle do saber, ao currículo nacional, ou seja, procura defender a todo custo uma cultura comum. O sucesso do neoliberalismo depende da implementação de políticas conservadoras, de modo a sintonizar a população com as formas de pensar dos setores dominantes por meio do estabelecimento de padrões educacionais a serem alcançados e testes para mensurá-los. É o que se pode abstrair da recente Base Nacional Comum Curricular, que já nasce articulada à formação de professores, produção de materiais didáticos e avaliações padronizadas.

Alternativa

A contrapartida desta dinâmica homogeneizadora é o surgimento de uma tendência paralela de fragmentação que se manifesta em uma reivindicação da diversidade. Como resposta à norma monocultural hegemônica, a afirmação das diferenças se manifesta com base em variadas instâncias religiosas, políticas, estéticas, étnicas ou de gênero. Dessa perspectiva, a diversidade cultural nada mais é que a expressão dinâmica de significados construídos de forma diversa em contextos específicos.

Novos movimentos sociais têm pressionado a implantação de políticas alicerçadas no paradigma da diferença, refletindo no incentivo à igualdade de oportunidades ou ações afirmativas para minorias, mulheres, migrantes, idosos, crianças e afrodescendentes. A descolonização e os processos culturais que emergiram no seu interior questionam há décadas a primazia do modelo hegemônico ocidental do homem branco, macho, europeu, heterossexual e cristão como o sujeito único do pensamento político universal. Ao questionar a autoridade desse pensamento, os movimentos sociais dos direitos civis, as feministas, os ambientalistas, os sem-terra, os sem-teto, o poder negro, a comunidade gay, além de outras forças sociais destacam a complexidade das relações hierárquicas de poder que se sustentam no suposto respeito à pluralidade.

O ponto a ser ressaltado no presente momento é o a visibilidade crescente de diferentes identidades em diversos contextos que até pouco tempo procuravam preservar-se à mistura. O embate com a falsa ideia de homogeneização elaborada pelo mercado facilita a identificação, em cada momento e contexto concreto, das iniciativas de

subjetividade coletiva que surgem a partir do reconhecimento das diferenças e do combate aos mecanismos de sua produção. Nesse sentido, a eclosão de propostas que levam em conta a necessidade de construção de sociedades mais democráticas, “corrigindo injustiças” contra identidades específicas, tem gerado modificações nas políticas educacionais, dentre elas, a matrícula obrigatória na Educação Básica.

Embora a expansão do atendimento à população seja um aspecto louvável, a progressão geométrica do número de vagas representou tão somente a reprodução do mesmo ensino para todos. Esse processo decorre do utópico projeto da modernidade ilustrada, que pretendia garantir que as manifestações julgadas mais valiosas fossem conhecidas e compreendidas por todos.

A nova demanda social repercutiu sobre a população escolar, fazendo avolumar-se a contradição já existente entre a cultura historicamente privilegiada pelo currículo e as culturas dos alunos. O desajuste, aliado aos ideais democráticos que passaram a orientar as políticas educativas e que assumiram o princípio da “escola para todos”, evidenciou a necessidade de analisar o currículo e nele intervir diante das condições que oferece aos estudantes pertencentes aos setores minoritários.

Caracterizando a situação do ponto de vista das práticas educativas desejadas, pode-se dizer que a ideologia democrática começou a apontar para a necessidade de se desenvolver situações pedagógicas que, em substituição à cultura do silêncio, fizessem ecoar as vozes das minorias. Ao mesmo tempo, o princípio da igualdade de oportunidades veiculado em termos não só de acesso à educação escolar, mas também de sucesso, tornou evidente que já não basta a matrícula escolar de crianças, jovens e adultos provenientes de grupos sociais, culturais e econômicos diversos, é necessário intervir de modo a democratizar as condições de sucesso.

A alternativa vislumbrada, ao menos por enquanto, é a inserção no currículo daqueles conhecimentos advindos das culturas subordinadas, além da problematização das representações disseminadas pela cultura hegemônica. Trata-se de uma estratégia pedagógica que assegura a diversidade cultural e supera processos discriminatórios de opressão, injustiça social e naturalização das diferenças, apontando focos de resistência e afirmação de todas as identidades.

No âmbito da Educação Física, se quisermos corresponder às demandas da contemporaneidade e adotar a inclusão, justiça, diálogo, reconhecimento, diferença e

equidade como princípios, temos que romper com o continuísmo que asfixia o componente e desenvolver currículos culturalmente orientados.

Imbuídos da responsabilidade de encontrar novos caminhos, imersos no contexto escolar em diferentes momentos, um grupo de professores produziram situações de debate, construção, implementação e avaliação de uma proposta curricular que contempla a diversidade cultural corporal da comunidade escolar, visando à formação de identidades democráticas. O entendimento de que as propostas curriculares da Educação Física contaminadas com o ideário neoliberal não coadunam com a função social da escola multicultural contemporânea foi o estopim para o esforço conjunto de desenvolver uma proposta inspirada nas teorias pós-críticas.

Esse campo teórico não aponta nenhum caminho perfeccionista, salvacionista ou progressista, não se arroga a pretensão de oferecer a interpretação mais coincidente com a realidade. Não oferece nenhuma proposta de modificação dos comportamentos ou sentimentos calcada em ideais regulatórios, contenta-se com problematizar a cultura em que vivemos e o tipo de subjetivação promovida pela experiência escolar.

A experiência acumulada pelos participantes do Grupo mostrou que “artistar” currículos implica necessariamente em atribuir outros significados para o planejamento, execução e avaliação da tarefa educacional. Ora, produzir um currículo nada mais é do que produzir cultura. Conforme o contexto escolar e comunitário, cada professor inventa alternativas metodológicas, elege temas diversos e produz a sua novidade. Mesmo artistando um currículo próprio, denominam-no “cultural” por basearem-se nos compromissos ético-políticos dos Estudos Culturais e pedagógicos do multiculturalismo crítico.

O currículo cultural da Educação Física procura impedir a reprodução consciente ou inconsciente da ideologia dominante. Tem como pressuposto básico a recorrência à política da diferença por meio da valorização das vozes daqueles que são quase sempre silenciados. Trata-se de um apelo para que se reconheça que nas escolas, assim como na sociedade, os significados são produzidos por experiências que precisam ser analisadas em seu sentido político-cultural mais amplo.

O currículo cultural da Educação Física prestigia, desde seu planejamento, procedimentos democráticos para a decisão dos temas que serão estudados e das atividades de ensino. Valoriza a reflexão crítica sobre a ocorrência social das práticas corporais do universo vivencial dos alunos para, em seguida, aprofundá-las e ampliá-las

mediante o diálogo com outras vozes (NEIRA, 2015). No currículo cultural, a experiência escolar é um terreno aberto ao debate, ao encontro de culturas e à confluência da diversidade de práticas corporais dos variados grupos sociais. É um campo de disseminação de sentidos, de polissemia, de produção de identidades voltadas para a análise, interpretação, questionamento e diálogo entre e a partir das culturas.

Um currículo inspirado nas teorias pós-críticas promovem as vozes dos professores e estudantes, analisa criticamente as relações de poder entre as culturas e seus sujeitos, rompe com o preconceito de ideias sobre as condutas e decisões dos alunos e comparações entre eles e suas culturas, valoriza as posturas reivindicatórias em oposição ao modelo neoliberal de formação da cidadania que exalta o consumidor; critica a essencialização, o etnocentrismo e a naturalização do currículo fundamento pelo discurso tecnicista e o modelo de cultura universal, desafia a formação de uma identidade única que não distingue as diversidade de identidades e diferenças dos sujeitos e estimula as lutas pela equidade educacional.

Consequentemente, a prática pedagógica articula-se ao contexto de vida comunitária; apresenta condições para que sejam experimentadas e interpretadas as formas como as práticas corporais e seus participantes são representados no cenário social; instiga a resignificação da cultura corporal conforme os membros do grupo; aprofunda e amplia os conhecimentos a respeito das temáticas estudadas (NEIRA, 2016).

A pedagogia que caracteriza o currículo cultural dá visibilidade à gênese e ao desenvolvimento contextual das práticas corporais. As revelações preparam o ambiente para a desconstrução dos significados implícitos nos discursos que desqualificam certas manifestações pertencentes aos grupos minoritários. Quando o modo de produção das expressões pejorativas dirigidas à cultura corporal subjugada vem à tona, é possível tomar consciência de que certas danças, lutas, ginásticas, brincadeiras ou esportes são vistos a partir de estereótipos e das influências geradas pelas relações de poder.

Mediante a especificação da natureza dos saberes e significados excluídos, o currículo cultural prepara os sujeitos para a luta entre o conhecimento subordinado e o conhecimento dominante. Esse é o princípio que rege uma pedagogia da política e uma política da pedagogia (SILVA, 1996). Se a insurreição dos conhecimentos subordinados já existe entre os oprimidos, não cabe aos intelectuais da cultura dominante teorizar sobre tais saberes visando convertê-los em existência curricular. Não é o professor de Educação Física quem deve descrever e relatar as práticas corporais dos subordinados, atribuindo-

lhes, conforme lhe pareça, os significados para que os alunos os assimilem. O currículo cultural cria espaços e constrói as condições para que as vozes e as gestualidades subjugadas possam ser reconhecidas pelos estudantes.

Na perspectiva cultural, os docentes estabelecem vínculos com as comunidades marginalizadas a fim de incorporar o conhecimento subordinado; mas não com os elementos exitosos dessas comunidades tal como são definidos pela cultura dominante e sim com a variedade de grupos e subgrupos que convivem no seu interior. A valorização dos saberes da comunidade proporciona ao currículo escolar uma diversidade de tradições, particularidades históricas, práticas sociais e culturas por vezes desacreditadas pela tradição escolar.

Os educadores que atuam inspirados pelos valores do currículo cultural reescrevem diariamente e durante as aulas uma nova prática pedagógica de cunho democrático. Essa redação inovadora leva à inclusão dos conhecimentos da cultura corporal dos grupos subordinados e a uma nova perspectiva dos olhares dos alunos sobre si próprios e sobre seu grupo, possibilitando uma prática em constante fluxo entre o local e o global, entre a comunidade e a sociedade mais ampla.

Ao situar no currículo os conhecimentos que os alunos trazem quando entram na escola e submetê-los à crítica enquanto elemento constitutivo da prática pedagógica, o professor os reconhece como sujeitos que possuem saberes legítimos. Com isso, tem-se não só a valorização identitária, como também a ampliação cultural e o reconhecimento das diferenças. Somente o diálogo cultural contribuirá para a construção do autoconceito positivo e do reconhecimento do outro, elementos indispensáveis a uma relação democrática.

Referências bibliográficas

NEIRA, M. G. O currículo cultural da Educação Física: uma resposta aos dilemas da contemporaneidade. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 06, n. 31, p. 276-304, mai/ago, 2015.

NEIRA, M. G. **Educação Física cultural**. São Paulo: Blucher, 2016.

SILVA, T. T. **Identidades terminais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.